

MAX WEBER COMO SOCIÓLOGO DA MORAL: POSSIBILIDADES ANALÍTICAS DA SOCIOLOGIA COMPREENSIVA

MAX WEBER AS A MORAL SOCIOLOGIST: SOME ANALYTICAL POSSIBILITIES OF
INTERPRETATIVE SOCIOLOGY

Carlos Augusto Silva **FABRIS**
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil
carlos.fabris8@gmail.com
 <https://orcid.org/0000-0003-2439-8618>

Mais informações no final do artigo ●

RESUMO

Nos estudos contemporâneos da moral, não é comum vermos muita referência às contribuições de Max Weber, apesar do seu estatuto de fundador desse subcampo. Com o intuito de recuperar e atualizar essas possibilidades da sociologia weberiana, propõe-se a leitura de dois conceitos sob a ótica da moral: a liberdade em relação a valores (*Wertfreiheit*) e a ação racional com relação a valores. Para tanto, somou-se a exposição desses conceitos na obra original do autor com os esforços interpretativos reunidos em torno de Wolfgang Schluchter. Com isso, conclui-se positivamente em relação à contemporaneidade de ambos os conceitos. Por um lado, a discussão em torno da liberdade em relação a valores continua a dividir opiniões dentro do campo da sociologia da moral, sem um consenso definitivo. Por outro, a releitura do conceito da ação com relação a valores permite uma centralidade maior desses elementos ideais, que se mostram constitutivos não só da obra weberiana, mas da própria realidade social. Assim, a partir de conceitos nucleares da sociologia compreensiva, é possível expandir a contribuição weberiana para a sociologia da moral.

PALAVRAS-CHAVE: Max Weber. Wolfgang Schluchter. Sociologia da Moral. Sociologia compreensiva.

ABSTRACT

In contemporary moral studies, it is not common to see much reference to Max Weber's contributions, despite his status as founder of this subfield. In order to recover and update these possibilities of Weberian sociology, it is proposed to read two concepts from the moral point of view: value-freedom (*Wertfreiheit*) and value-rational action. To this objective, to the exposure of these concepts in the author's original work was added the interpretative efforts gathered around Wolfgang Schluchter. With that, it concludes positively in relation to the contemporaneity of both concepts. On the one hand, the discussion around value-freedom continues to divide opinions within the field of moral sociology, without definitive consensus. On the other hand, the reinterpretation of the concept of value-rational action allows for a greater centrality of these ideal elements, which prove to be constitutive not only of the Weberian work, but of the social reality itself. Thus, from the core concepts of interpretative sociology, it is possible to expand the Weberian contribution to the moral sociology.

KEYWORDS: Max Weber. Wolfgang Schluchter. Moral Sociology. Interpretative Sociology.

1 INTRODUÇÃO

A obra de Max Weber é marcada por sua diversidade temática, o que permite que os seus diversos (e numerosos) intérpretes a releiam em variadas óticas para resolver questões atuais, seja na administração, na economia, no direito ou na sociologia e em suas subáreas particulares. Nesse sentido, propõe-se uma leitura de Weber em torno da sociologia da moral. Buscam-se, assim, elementos na obra do autor, mas também nas atualizações de seus intérpretes – com destaque para Wolfgang Schluchter –, que auxiliem na compreensão dessa temática. No caso deste artigo, consideram-se dois aspectos fundamentais para essa discussão: a liberdade em relação a valores (*Wertfreiheit*¹) e a ação racional com relação a valores, relida em um modelo de múltiplos níveis proposto por Schluchter. Enquadram-se, assim, enquanto subsídios metodológicos, micro e macrossociológicos. Elaborando esses conceitos e suas consequências, considera-se que a sociologia weberiana pode se estabelecer enquanto um dos diversos paradigmas presentes no campo dos estudos morais. Para isso, toma-se como objetivo principal do artigo evidenciar e analisar essas contribuições possíveis da obra weberiana para uma discussão da sociologia da moral.

Em primeiro lugar, pretende-se contextualizar a obra de Weber em relação ao campo de estudos dos fenômenos da moral. Para tanto, busca-se realizar um mapeamento da sociologia da moral enquanto subdisciplina (2.1) para melhor localizar as suas definições e questões primordiais. Com isso, no contexto dessa área, busca-se contrastar e comparar as possibilidades de Weber com outro autor clássico já consagrado enquanto paradigma da sociologia (e mesmo da antropologia) da moral, Émile Durkheim (2.2). Assim, em segundo lugar, será desenvolvida a contribuição própria weberiana e suas possibilidades em torno dos conceitos supracitados de modo a ampliar a posição do autor na subárea, para além de um precursor, mas de propriamente um clássico com contribuições contemporâneas (3).

¹ Vale ressaltar que esse termo tem uma longa discussão sobre sua tradução, tanto para o português quanto para o inglês. No primeiro, a tradução corrente é “neutralidade axiológica”, no entanto, esse termo expressa uma ideia equivocada sobre o conceito, pois não se trata de uma neutralidade, uma vez que não desconsidera os valores da discussão, mas antes se expressa no sentido de uma “liberdade” (tradução literal de *Freiheit*) do conhecimento científico, ou seja, estar *livre* de juízos de valor. Ao mesmo tempo, por também não retirar a noção de neutralidade do conceito, ainda que feita com maior precisão que a anterior, rejeita-se a tradução de neutralidade valorativa proposta por Fanta (2014, p. 65-67). No contexto inglês, essa tradução de neutralidade já foi abandonada, preferindo-se a expressão “*value freedom*” (SELL, 2018; AGEVALL; SWEDBERG, 2016, p. 364-365). Sem a pretensão de findar a discussão em torno da melhor tradução, escolheu-se como tradução “liberdade em relação a valores” para manter a coerência textual.

Com essa proposta em mente, considera-se pertinente, antes de adentrar na discussão central, estabelecer, ainda que sem o aprofundamento ideal, o posicionamento do argumento aqui defendido de forma mais ampla na tradição interpretativa chamada de *Weber-Paradigma* (paradigma weberiano), cuja principal figura é o principal interlocutor desta proposta, Wolfgang Schluchter (1.1).

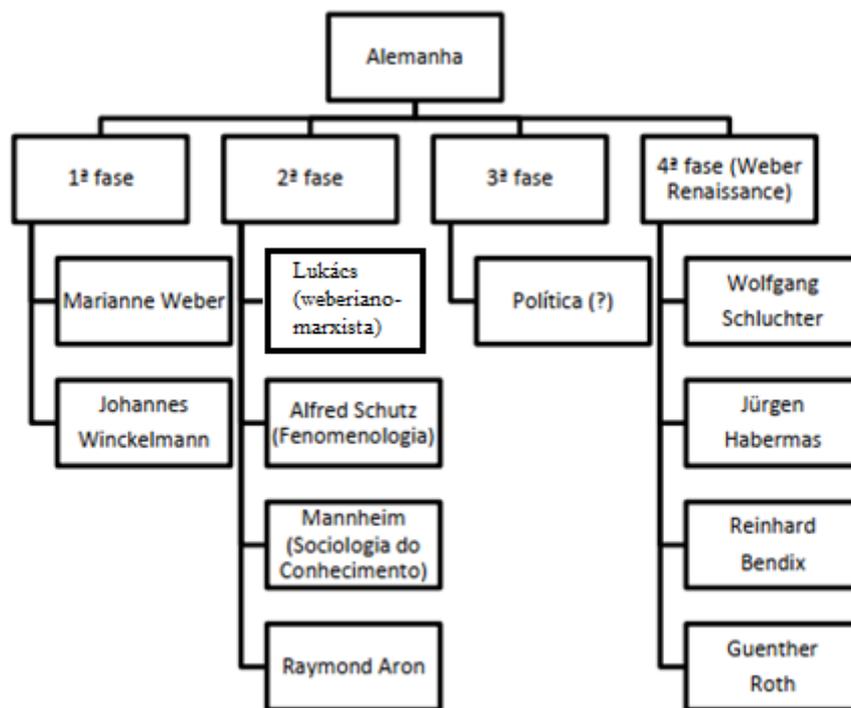
1.1 O Paradigma Weberiano

Um bom exemplo da magnitude da literatura secundária da obra de Weber é o compilado realizado por Sica (2004): o autor reúne um total de 4888 textos referentes a obra de Weber exclusivamente em língua inglesa. Mais recentemente, Carvalho (2013) mapeia as produções – em diversos idiomas - ligadas a Weber no portal de periódicos *EBSCOhost* em um período de 78 anos (1934-2012). Sua conclusão é que a discussão em torno da obra do autor não está esgotada e encontra-se em franco crescimento, com destaque para o período mais recente – posterior à seleção feita por Sica. Nesse sentido, considera-se que qualquer tipo de prioridade por uma determinada corrente da literatura secundária deve ser esclarecido.

A título de contextualização, expõem-se (ilustração 1) as diversas linhas e escolas interpretativas mais conhecidas da sociologia weberiana, restringe-se a explicação mais detalhada somente à tradição alemã e à obra de Schluchter e sua corrente²:

² Para uma reconstrução mais aprofundada, consultar Sell (2013)

Figura 1 – As interpretações da obra de Max Weber na Alemanha



Fonte: Bolda (2020), baseado em Sell (2013).

No contexto alemão, diferentemente do americano, após a divulgação fundamental realizada por Marianne Weber, não há a formação de correntes interpretativas tão demarcadas. Os principais esforços são em torno da racionalização, em seu aspecto filosófico, mas também, para outros autores, em direções ecléticas (o grupo formado é, dentre outros, por Georg Lukács, Alfred Schutz, Karl Mannheim). Após a Segunda Guerra, se disseminam especialmente leituras críticas de Weber de diversas perspectivas, desde a filosofia conservadora até a teoria crítica (SELL, 2013).

É nos anos 70, marcados por uma mudança significativa, com a decadência da hegemonia marxista no pensamento da época (VILLAS BÔAS, 2011), que essa tendência encontra seu contraponto em uma linhagem mais definida de intérpretes weberianos alemães. Esses autores dão primazia às questões da racionalização, o que levou à chamada *Weber Renaissance*. Sobre esse movimento, Sell (2013) destaca três perspectivas fundamentais: a marxiana, na figura de Jürgen Habermas; a kantiana, com centralidade em Wolfgang Schluchter; e a nietzschiana, em torno de Wilhelm Hennis e Stefan Breuer, com destaque, aqui, para a segunda.

Schluchter é um dos autores fundamentais na exploração de novas chaves de leitura e interpretações possíveis da obra weberiana³, como, por exemplo, participando da edição da obra weberiana completa (*Max-Weber-Gesamtausgabe*), organizando criticamente seus escritos. Mas, mais relevante para a presente proposta, é sua posição enquanto um dos responsáveis, junto a seus alunos e colegas da Universidade de Heidelberg, pela proposta de um novo paradigma, ou programa de pesquisa, de orientação weberiana, em que buscam observar pontos teóricos, metodológicos e ontológicos da obra de Weber que ainda podem se comunicar com as problemáticas contemporâneas da sociologia. Ao nos referirmos a este esforço será utilizada a nomenclatura em alemão *Weber-Paradigma*, diferenciando assim da ideia genérica de um paradigma ou programa de pesquisa de matriz weberiana vinculado a outros autores. Há uma conotação específica, portanto, no que diz respeito ao *Weber-Paradigma*, que pretende se estabelecer como um dos paradigmas vigentes e possíveis para os estudos sociológicos contemporâneos – adiciona-se, aqui, os estudos dos fenômenos morais –. Também busca ser um ponto de encontro das variadas sociologias com matriz weberiana. Nesse sentido, não visa uma posição dogmática e nem, necessariamente, hegemônica no debate atual, mas antes o compor de maneira multiparadigmática.

Com isso em mente, Schluchter sintetiza dez premissas para o paradigma – com as centrais para este artigo em destaque –:

1. Racionalismo crítico.
2. Tipo ideal.
3. Compreensão explicativa.
4. Racionalismo heurístico.
- 5) Individualismo metodológico.
- 6) Análise de múltiplos níveis.
- 7. Orientação por resultado ou por valor intrínseco.**
- 8. Discussão sobre o valor.**
9. Luta de classes e de estamentos, bem como de ordens e de organizações.
10. Personalidade (SCHLUCHTER, 2020, p. 27, destaque nosso).

Destaca-se, na reconstrução dos diversos intérpretes, a ausência de uma discussão aprofundada sob um rótulo temático de “moral”. Isso pode ser explicado pela ausência desse tópico na sociologia como um todo durante grande parte do século XX, mas também por Weber não ter utilizado esse termo diretamente, como será demonstrado a seguir. Não obstante, considera-se que os diversos focos supracitados, especialmente na obra de Schluchter, são permeados por esse elemento – geralmente vinculados à discussão dos

³ Um exemplo da importância de Schluchter, não só na tradição neoweberiana, mas na sociologia como um todo, é como suas análises e interpretações da racionalização em Weber influenciam diretamente, por exemplo, a obra de Jürgen Habermas ao propor uma nova leitura de Weber, diferente da feita pelas gerações anteriores da Escola de Frankfurt, sendo um dos pontos de apoio teóricos desse autor (JOAS; KNÖBL, 2017, p. 586-587).

valores e da racionalização – ainda que esteja ausente uma maior sistematização desse aspecto. Sem pretensões totalizantes em relação à obra de Weber, o presente artigo busca contribuir nessa direção com os conceitos de liberdade em relação a valores e a ação racional com relação a valores.

2 OS CLÁSSICOS E A SOCIOLOGIA DA MORAL

Como será demonstrado, a sociologia da moral vive um renascimento – tal como o pensamento weberiano – na sua produção, após um hiato nas últimas décadas. Antes de contextualizar o percurso desse gênero sociológico, busca-se uma definição mais precisa deste. Seguindo Vandenberghe (2015), compreende-se a sociologia da moral (ou sociologia moral, nos termos do autor) como uma perspectiva que:

[...] traz à luz a dimensão moral da vida social e afirma que princípios, normas e valores não são apenas regulatórios, mas também constitutivos. São constitutivos não só de um certo domínio de ações, mas da própria vida social. Isso não significa que todas as ações são *per definitionem* ações morais (a maior parte de nossas ações econômicas não são nem morais nem imorais, tampouco nossa vida sexual é, hoje, julgada em termos morais, etc.), mas que a moral, os costumes e a ética estão invariavelmente implicados na ação, na ordem e na mudança social (VANDENBERGHE, 2015, p. 66).

Essa definição da moral – também proposta por Fassin (2012b) - amplia as considerações da moral enquanto um âmbito da vida social com limites bem definidos, e permite uma aproximação das questões desenvolvidas por Weber que permeiam, em especial, os valores constitutivos do mundo social. Nesse sentido, a sociologia da moral é responsável pelo estudo desses fenômenos, sem a pretensão, dada a complexidade em questão, de ser o único meio legítimo ou possuidor da compreensão total, evidenciando a forte interdisciplinaridade com áreas próximas, como a antropologia, filosofia e psicologia, mas também com disciplinas tradicionalmente mais distantes (ou distanciadas) como a biologia e as neurociências.

Com essa circunscrição inicial, visando adentrar a relação da sociologia da moral com os clássicos, retomam-se, brevemente, os desenvolvimentos desse subcampo, que, apesar da sua enorme importância para os autores-fundadores da disciplina (muito influenciados pelo debate histórico na filosofia), permaneceu praticamente ausente do debate sociológico na metade final do século XX, retomando sua importância nas últimas

duas décadas, em que autores consagrados organizam estudos e grupos em torno da análise de fenômenos morais, como Luc Boltanski e Axel Honneth, por exemplo (HITLIN, 2015; VANDENBERGHE, 2015).

2.1 Breve contextualização do campo da sociologia da moral

Há um consenso em torno da posição canônica de Weber e Durkheim para a consolidação e principais formulações sobre a sociologia da moral, ainda que Weber não utilize explicitamente o termo “moral”. Como afirmam Hitlin e Vaisey (2010b, p. 03), para esses autores clássicos, não seria possível realizar uma sociologia que não seja uma sociologia da moral, dada a indissociabilidade desse aspecto de qualquer análise das estruturas e das ações sociais.

No entanto, no decorrer do século XX, a sociologia mostrou-se capaz de separar a moral da sua pesquisa, não dando atenção para esse fator em grande parte das suas análises – movimento oposto ao que ocorreu com o direito, com a psicologia, com a filosofia e com a neurociência. Hitlin e Vaisey (2010b) sustentam quatro motivos principais para isso: a fragmentação da disciplina (criando divisões entre os subcampos em torno do fenômeno da moral, que não se comunicam entre si), as definições incompatíveis de moralidade (a moral definindo o bom/ruim ou como avaliação valorativa de uma ação), uma relação ambivalente com a normatividade (uma simplificação dos valores ao ignorar o lado normativo) e a desconfiança em relação à biologia e à psicologia (consequência do afastamento para a delimitação da sociologia como área independente).

Depois desse período em que a sociologia da moral permanece em segundo plano, há uma renascença, iniciada nos anos 2000, do interesse na área de pesquisa e com isso novas discussões surgem. Esse ressurgimento está presente em diversos países e contextos, com destaque para a edição de três *handbooks*, que tratam diretamente sobre a temática (HITLIN, VAISEY, 2010a; FASSIN, 2012a; JEFFRIES, 2014), bem como a maior inserção em congressos e associações: criou-se a seção *Altruism, Morality and social solidarity* na *American Sociological Association*, bem como o GT de Antropologia e Sociologia da Moral na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) (WEISS, 2015).

Por outro lado, ao considerarmos a sociologia da moral de forma geral, por ser um esforço recente e muito complexo, diversos elementos teóricos se mantêm em aberto. Ou seja, a base mais sólida de pressupostos e esquemas interpretativos na área da sociologia da moral ainda é muito dependente das abordagens clássicas ou filosóficas (ABEND, 2008; BOUDON, 2010), uma vez que o desenvolvimento dessa área foi quase limitadamente empírico.

Dessa forma, ao retomar leituras contemporâneas e debates provenientes dos autores clássicos, permite-se refinar essas noções teóricas sem abandonar as suas contribuições originais. Assim, justifica-se a atualidade dos autores clássicos da sociologia, aqui com destaque para Weber, no sentido de poderem fornecer novos elementos para a interpretação de questões e problemáticas atuais ao possuírem um grande sistema coerente que abrange questões ontológicas, epistemológicas, metodológicas, normativas e antropológicas (VANDENBERGHE, 2013), o que faz com que suas teorias questionem noções primárias do pensamento sociológico, compreendendo uma gama de possibilidades analíticas complexas.

Antes de adentrar esse sistema weberiano, no entanto, continua-se a contextualização do campo pesquisado, apresentando as posições antagônicas que Weber e Durkheim ocupam na sociologia da moral enquanto clássicos e precursores da área. Com isso, pretende-se estabelecer um contraponto visando revigorar a sociologia compreensiva para essas discussões.

2.2 As posições opostas de Weber e Durkheim no campo de estudos da moral

Pretende-se, nesta seção, levando em conta o contraste das posições de prestígio das sociologias durkheimiana e weberiana, demarcar potencialidades para a segunda, que se mantém, até o presente, subutilizada. De forma resumida, a tradição durkheimiana se estabelece enquanto paradigma hegemônico no campo, sendo objeto de debate e estudo aprofundado para a sociologia da moral. A tradição weberiana, por outro lado, é considerada como precursora, mas não recebe o mesmo destaque para pensar questões atuais. Para melhor explicitar as lacunas passíveis de aprofundamento com um paradigma moral fundado em Weber, serão expostas, a seguir, as discussões sobre a própria



hegemonia e as possíveis críticas da teoria durkheimiana da moral, com destaque para a limitação do plano da agência – aspecto em que sociologia compreensiva oferece um contraponto fundamental.

Ontologicamente, a moral sob a perspectiva durkheimiana está fundada sobre as noções de dever e bem. Ambos os aspectos se relacionam com a propriedade sagrada das questões morais, que recebem esse caráter excepcional em um processo de eferescência coletiva, impondo um sentido de regra moral (dever), mas também de valor moral (bem). No plano individual, pensa-se o dever no sentido do aceite das regras de uma autoridade, enquanto o bem estaria no espírito de adesão ao grupo, no prazer da vida coletiva (WEISS, ROSATI, 2015). Nessas formulações, há diversos debates e controvérsias questionando as possibilidades e validade de um projeto durkheimiano sobre a moral, que ao exporem lacunas e problemáticas, permitem que se pense possíveis contrapontos, como, no caso deste artigo, com a sociologia compreensiva de Weber.

As principais questões são levantadas nas discussões da antropologia da moral, com destaque para Laidlaw (2002), que sintetiza a posição antagônica à tradição durkheimiana da moral. O autor considera que Durkheim desenvolve sua noção de moralidade de forma paralela a Kant em relação à noção de dever e respeito, no entanto, desconsidera a discussão sobre a liberdade individual envolvida. Dessa forma, ao retirar esse caráter, a moralidade se confunde com a coletividade, cuja deificação e deseabilidade se torna inevitável. Disso resulta que “[p]eople, in this vision, can be caused to behave one way or another, by placing them in appropriate social arrangements, and ethical rules are a seamless part of this broader causal system.” (LAIDLAW, 2002, p. 314)⁴.

Essas considerações ontológicas do fenômeno moral têm relações diretas com as estratégias epistêmicas, no caso durkheimiano, holísticas, que acabam por suprimir as questões individuais da análise sociológica ao preferir um foco de análise mais sistêmico (POWELL, 2010). A proposta de Laidlaw para a reconstrução de uma antropologia da moral é rejeitar Durkheim, pelos motivos expressos acima, e com isso, também preterir Kant como fundação desse campo, preferindo as figuras de Nietzsche e Foucault. Esse movimento também é realizado por Lambek (2010), ainda que este prefira retomar a filosofia moral aristotélica, apoiando-se na argumentação de Laidlaw, ao rejeitar as bases durkheimianas

⁴ “[a]s pessoas, nessa visão, podem ser causadas a agir de um jeito ou de outro ao colocá-las em arranjos sociais apropriados, e as regras éticas são uma parte integrada desse sistema causal mais amplo”

(especialmente na leitura do que chama de intérpretes britânicos de Durkheim) e kantianas para o estudo da moral.

De acordo com Balbi (2016), a leitura proposta por Lambek e Laidlaw se torna hegemônica no campo, mas não dilui as controvérsias, com destaque para os questionamentos da rejeição de Durkheim. O autor ressalta, no entanto, que deve-se ter em mente o social ao falar de moralidade, evitando reduzir essas compreensões a questões individualistas. Não obstante, Balbi não deixa de enfatizar limitações da perspectiva durkheimiana, como o caráter *sui generis* da sociedade sem espaço para as considerações dos cursos da ação para as formações e transformações morais. Sua solução para isso, sem descartar os inúmeros aparatos analíticos da teoria durkheimiana, é incorporar elementos da teoria marxista que enfatizem o caráter de produção dos indivíduos reais e históricos nesses fenômenos morais. Essa concepção se aproxima da proposta deste artigo. No entanto, consideramos que o contraponto de elementos weberianos são mais relevantes para compreender as questões das ações sociais em torno dos fenômenos morais permitindo um maior equilíbrio, dado que as teorias marxianas ainda se encontram no polo holista da análise sociológica (POWELL, 2010).

Nisso, propõe-se uma alternativa paradigmática baseada na sociologia de Weber, ao pensar os valores e incorporar suas concepções em uma tipologia da ação da sociologia compreensiva, tratando mais satisfatoriamente das questões da agência dos atores. São, como mencionado anteriormente, duas contribuições principais: a liberdade em relação a valores, em um plano metodológico; a ação racional com relação a valores, em uma dimensão do ator, que, para não reduzir a contribuição de Weber a um plano microsociológico, é vinculada à releitura realizada pelo *Weber-Paradigma*⁵ em torno do modelo de múltiplos níveis.

3 WEBER, SOCIÓLOGO DA MORAL?

Pretende-se, nesta seção, dar argumentos e tratar da temática que guia esse artigo: a possibilidade de analisar fenômenos morais da ótica da sociologia compreensiva de

⁵ Ainda que as referências sejam feitas principalmente em relação a Schluchter, não se ignora o processo coletivo da construção do conhecimento e desse tipo de interpretação, a partir dos diversos eventos, coletâneas e discussões diretas. Nesse tópico em específico as contribuições de Gert Albert são fundamentais. Para a discussão original, recomenda-se os textos de Schluchter (2000; 2016) Albert (2016). Para comentários, ver Greve (2006) e Sell (2014; 2016).

Weber. Com três conceitos escolhidos, considera-se que há pistas e indicações claras para isso, sempre relacionados à noção de valor desenvolvida em toda obra weberiana. O valor é uma parte integrante fundamental das relações morais. Ou, em analogia com os termos durkheimianos supracitados, ele compõe a moral enquanto elemento ligado tanto ao bem – enquanto orientados por interesses e desejos –, quanto ao dever – por guiar absolutamente a ação –. Ou seja, Weber possui um arcabouço conceitual para contribuir com os debates na subárea.

Antes de passar aos conceitos, retoma-se a discussão proposta por Fanta (2014) – cujas demais observações guiarão a subseção seguinte – sobre as possibilidades morais na obra de Weber. Fanta reconstrói a distinção de Habermas em torno dos usos da razão prática, a saber o pragmático, o ético e o moral. De forma resumida, a primeira refere-se à solução técnica para um fim relacionado, a segunda pensa a condução de vida, tendo em vista o bom, enquanto a terceira diz respeito à relação com os outros sujeitos, os conflitos resultantes e suas regulações. Com isso, o autor conclui:

Analisada a partir dessas distinções habermasianas, a integridade intelectual encontra-se claramente no âmbito da ética, como de resto praticamente todo o pensamento de Weber, incluindo seu interesse científico pela condução da vida. Isso não quer dizer que ele desprezava o plano propriamente moral, mas simplesmente não o considerava aprioristicamente superior a outras esferas da vida (FANTA, 2014, p. 93).

Deixando a questão da integridade intelectual em espera, por ora, vale ressaltar como considera-se que na conceituação proposta, é possível relacionar a obra weberiana com a moral, justamente na ação racional com relação a valores. Uma vez que, enquanto ação social, o conceito ainda exige que essa seja orientada ao outro, em sua conhecida formulação:

A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro [...]. Os “outros” podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas [...] (WEBER, 2004, p. 13-14).

Incorpora-se, dessa maneira, o elemento intersubjetivo vinculado a essa proposta de moral. No entanto, caso não se aceite essa solução, é importante frisar que no presente artigo a definição de moral trabalhada é outra, seguindo Vandenberghe: ela reúne os princípios, valores e normas, ou seja, tanto a dimensão ética (constitutiva) quanto a moral (regulatória) nos termos mobilizados por Fanta.



Assim, enfatiza-se como o valor não só permeia toda a obra de Weber, compondo um ponto central das suas análises, mas também perpassa os diversos níveis de análise sociológica – desde a ação racional até o próprio espírito do capitalismo – com o aprofundamento característico do autor. Mesmo assim, Schluchter (2014) – assim como Müller (2014) – considera que não há uma definição clara do conceito de “valor” na obra weberiana. No entanto:

Não há dúvida de que, ao falar do conceito de “valor”, Weber tem em vista a filosofia neokantiana, o que não significa que ele simplesmente a siga. De maneira alguma, trata-se para ele do conceito de “valor” no sentido normativo, porém, sim, no sentido empírico. Os valores estão situados na “esfera de validade”, mas a eles também correspondem *representações* empíricas sobre sua *vigência*. Por isso, em analogia com o conceito de “fim”, esse conceito também pode ser formulado desta forma: o valor consiste para a sociologia compreensiva numa representação de validade que se torna a causa de uma ação (SCHLUCHTER, 2014, p. 221).

É nessa diferenciação proposta por Schluchter que pode ser inserida a discussão a seguir da liberdade em relação a valores, como um requisito epistêmico para a sociologia de Weber (3.1).

3.1 A liberdade em relação a valores (*Wertfreiheit*)

De certa forma, esta discussão já está estabelecida de maneira legítima nas áreas de estudo da moral. Abend (2008), por exemplo, considera-a como um dos paradigmas ortodoxos da sociologia da moral (o outro seria o relativismo). Além disso, nas diversas coletâneas recentes, há uma vinculação direta dessa problemática com a obra de Weber e com debates metodológicos e epistemológicos atuais. Dessa maneira, pretende-se retomar e aprofundar a forma com que ela é discutida, para, na seção seguinte, somar a ela novas possibilidades.

Vinculada às questões científicas e valorativas, Weber afirma, em suas concepções metodológicas (WEBER, 2001), seu postulado da liberdade em relação a valores. No qual afirma expressamente que o sociólogo não poderia julgar os valores produzidos pelos processos sociais, e também não deveria, enquanto cientista, propor novas formas de valores, sendo essa a função do político:

[...] emitir um juízo sobre a validade de tais valores é assunto da fé, e talvez também seja tarefa de uma consideração e interpretação especulativa da vida e do mundo, no tocante ao seu sentido, mas certamente, não é tarefa de uma ciência empírica, no sentido como nós a entendemos (WEBER, 2001, p. 111)

Weber segue:

É necessário opor a tudo isto um dever elementar do autocontrole científico, único suscetível de evitar surpresas, e que nos convida a fazer uma distinção estrita entre a relação que compara a realidade com tipos ideais no sentido lógico, e a apreensão avaliadora dessa realidade a partir de ideais (WEBER, 2001, p. 144).

Não obstante, os valores são componente central da epistemologia weberiana, uma vez que, sob o conceito de relação com valores (*Wertbeziehung*), o autor considera que eles estão diretamente ligados à escolha dos objetos de estudos, na construção dos conceitos e na relação com a objetividade, pois são os valores que determinam o que são fenômenos significativos para as pessoas e, nesse sentido, o que vale a pena ser estudado. Assim, a busca pela cientificidade depende da negação de juízos de valor prescritivos (*Wertfreiheit*), mas, simultaneamente, do reconhecimento que os valores têm um papel central na delimitação científica (*Wertbeziehung*). Essa temática possui um grande debate paralelo, especialmente o primeiro termo (AGEVALL, SWEDBERG, 2016, p. 364-367), sendo o principal tópico quando se faz referência ao tema dos valores em Weber no campo da moral.

Com essas conceituações iniciais é possível aprofundar a questão a partir de uma contextualização histórica mais precisa, de modo a expor suas interpretações conceituais posteriores, para, finalmente, observar a liberdade em relação a valores em discussão na sociologia da moral atual.

Como contextualização, ressalta-se como a discussão epistemológica e metodológica de Weber em torno da liberdade em relação a valores estava inserida nos complexos debates em torno do papel dos valores nas ciências sociais presentes no contexto alemão, especialmente entre 1909-1914, conhecidos como a disputa dos juízos de valor (*Werturteilsstreit*). Seguindo Fanta (2014, p. 39-63), o auge da disputa ocorreu em janeiro de 1914 em uma reunião da Associação de Política Social (*Verein für Sozialpolitik*), contando com diversos membros, mas, para o presente objetivo, destaca-se o embate particular entre Weber e Gustav von Schmoeller. O autor relata como Weber não teve muito apoio em seu ponto de vista – situação similar à que o levou a deixar a Sociedade Alemã

de Sociologia (*Deutsche Gesellschaft für Soziologie*), na qual estava envolvido desde a sua fundação.

Seguindo a disputa dos juízos de valor, Schmoeller tem uma posição contrária a Weber. Para o autor, todo conhecimento deve ter como fim as metas práticas – ao seguir valores objetivos –, ainda que sua função primordial seja a investigação factual. Não obstante, os juízos de valor seriam a parte mais atrativa e importante da ciência (FANTA, 2014). Disto, resultou uma divisão interna na Associação, entre os que seguiram Schmoeller, os que não tomaram uma posição decisiva e os que apoiavam a proposta de Weber. Realizou-se, por conta disso, diversas publicações e uma tradição de debates em torno dessa questão ao longo do século – como uma segunda disputa nos anos 60, entre os defensores do racionalismo crítico e os seguidores da teoria crítica, mais conhecida como a disputa sobre o positivismo (*Positivismusstreit*).

Dada essa importância histórica tanto de caráter pessoal para Weber, quanto institucional no funcionamento da Associação de Política Social, pretende-se aprofundar a posição de Weber e observar como essa disputa ainda é relevante para a sociologia da moral atual – ainda que posta em diferentes termos.

Seguindo Fanta (2014), a liberdade em relação a valores defendida por Weber é caracterizada por dois princípios: um metodológico e um ético: “Como não há possibilidade lógica para fundamentar juízos de valor em juízos factuais [princípio metodológico], o cientista que quiser realizar adequadamente sua pesquisa deve separar juízos científicos de juízos de valor [princípio ético]” (FANTA, 2014, p. 105-106).

Assim, Weber reforça durante toda sua obra a incapacidade da ciência de explicar o sentido da vida, consequência de uma crescente racionalização e desencantamento das explicações metafísicas. Essa posição é expressa em sua conferência da *Ciência como Vocação*:

Was ist [...] der Sinn der Wissenschaft als Beruf, da alle diese früheren Illusionen: „Wz zum wahren Sein“, „Weg zur wahren Kunst“, „Weg zur wahren Natur“, „Weg zum wahren Gott“, „Weg zum wahren Glück“, versunken sind. Die einfachste Antwort hat Tolstoj gegeben mit den Worten: „Sie [die Wissenschaft] ist sinnlos, weil sie auf die allein für uns wichtige Frage: ‚Was sollen wir tun? Wie sollen wir leben?‘ keine Antwort gibt.“ Die Tatsache, daß sie diese Antwort nicht gibt, ist schlechthin unbestreitbar. (WEBER, 1992, p. 93)⁶.

⁶ Qual é [...] o sentido da ciência como vocação, uma vez que todas essas ilusões anteriores estão perdidas: “o caminho para o ser verdadeiro”, “o caminho para a arte verdadeira”, “o caminho para a natureza verdadeira”, “o caminho para o verdadeiro deus”, “o caminho para a verdadeira felicidade”. Tolstói deu a mais simples resposta dizendo: “Ela [a ciência] não faz sentido porque ela não dá resposta à única pergunta

E na sequência do texto:

Daß Wissenschaft heute ein *fachlich* betriebener „Beruf“ ist im Dienst der Selbstbesinnung und der Erkenntnis tatsächlicher Zusammenhänge, und nicht eine Heilsgüter und Offenbarungen spendende Gnadengabe von Sehern, Propheten oder ein Bestandteil des Nachdenkens von Weisen und Philosophen über den *Sinn* der Welt -, das freilich ist eine unentrinnbare Gegebenheit unserer historischen Situation, aus der wir, wenn wir uns selbst treu bleiben, nicht herauskommen können. Und wenn nun wieder Tolstoj in Ihnen aufsteht und fragt: „Wer beantwortet, da es die Wissenschaft nicht tut, die Frage: was sollen wir denn tun? und: wie sollen wir unser Leben einrichten?“ oder in der heute abend hier gebrauchten Sprache: „welchem der kämpfenden Götter sollen wir dienen? Oder vielleicht einem ganz anderen, und wer ist das?“ – dann ist zu sagen: nur ein Prophet oder ein Heiland. (WEBER, 1992, p. 105)⁷.

Essa distinção é necessária, pois caso fosse uma conclusão lógica ou metodológica que se *devam* separar os juízos científicos dos juízos de valor, Weber não estaria seguindo o pressuposto central da liberdade em relação a valores, qual seja, derivar de considerações científicas (ser) posição normativas (dever-ser). Fanta busca sustentar ambos os argumentos no conflito entre as esferas de valor, dentre as quais a ciência é uma delas. Cada esfera tem sua própria lógica interna e seus valores máximos, mas sem prioridade sobre as demais (a economia, a religião, a política, a ética, erótica) que também possuem máximas heterogêneas.

Isso abre o caminho para discutir, no contexto de uma sociologia da moral, as possibilidades e a relevância da liberdade em relação a valores tanto pela perspectiva metodológica quanto ética, exemplificadas na discussão da terceira parte dessa seção, com consequências para o restante do fazer sociológico.

Seguindo as interpretações, considera-se como próximo passo para melhor compreender o argumento weberiano a elucidação de suas justificativas. Para tanto, reconstrói-se o argumento de Weiss (2014). Em seu artigo são mapeados os usos da liberdade em relação a valores na obra de Weber, interpretando-os e classificando-os nos

importante para nós: “O que devemos fazer? Como devemos viver?”. O fato de ela não dar essa resposta é absolutamente incontestável

⁷ Que a ciência hoje é uma "vocalização" operada *profissionalmente* a serviço da autorreflexão e do conhecimento dos relacionamentos reais, e não um presente de salvação e revelação da graça de videntes, profetas ou parte do reflexo de sábios e filósofos sobre o *sentido* do mundo – é claramente um fato inevitável de nossa situação histórica, da qual, se permanecermos fiéis a nós mesmos, não conseguiremos sair. E quando Tolstói se reergue e pergunta: “Quem responde, como a ciência não faz isso, a pergunta: o que devemos fazer? E: como devemos organizar nossa vida?” Ou nos termos usados hoje à noite: "a qual dos deuses em luta devemos servir? Ou talvez precisamos de um Deus diferente, mas qual?" - Então pode-se dizer: apenas um profeta ou um salvador



tipos de justificativas dadas por Weber: ontológicas, metodológicas, lógicas, históricas, éticas e epistemológicas. Dessa forma, ainda que se identifique sua centralidade para o método de Weber, é essencial reconhecer como a liberdade em relação a valores é explicada a partir dos diversos aspectos supracitados, permeando diversos textos. Dessa forma, é possível combinar as justificativas compiladas e expostas pela autora para chegar à linha argumentativa de Weber: a ciência tem como objeto-limite os fatos, não podendo revelar critérios últimos e nem juízos de valor, por terem fundamentos subjetivos – todo dever ser é baseado em premissas metafísicas e compromete a objetividade. Simultaneamente, a ciência demonstra a existência do politeísmo dos valores – no sentido da autonomização e dos conflitos das variadas esferas de valor – que, dadas suas próprias condições e máximas internas, não permite que se justifique de forma racional a escolha por uma delas.

Contemporaneamente, vemos a retomada direta dessa discussão nos exemplos opostos de Abend (2008) e Vandenberghe (2015). O primeiro considera que se devem evitar os juízos de valor, retomando, ainda que com ressalvas baseadas em críticas contemporâneas, a ideia de liberdade em relação a valores de Weber, afastando a sociologia da filosofia prática e se estabelecendo mais como área científica, no sentido clássico. Já o segundo autor realiza justamente o movimento oposto: a sociologia deve se aproximar de uma filosofia prática e moral, podendo desempenhar um papel direto na sociedade para além da análise científica, mas também propositivo.

Iniciando pela argumentação de Abend (2008), o autor retraça como a liberdade em relação a valor, bastante criticada pelos filósofos morais, perdeu muito da sua força com a queda do positivismo lógico, que buscava diferenciar claramente entre fatos e valores – e, portanto, entre juízos de fato e juízos de valor. Por esse motivo, muitos autores consideram que seja necessário abrir mão desse princípio. Abend pretende advogar por sua contemporaneidade ao considerá-la uma base epistemológica sólida para a sociologia da moral. O autor faz isso sem retomar a uma distinção entre o fato e o valor – algo que não se sustenta graças à indissociabilidade de ambos, demonstrada em diversos estudos de ciência e tecnologia –, mas ao reforçar a diferença entre o ser e o dever-ser. A transição entre ambos não poderia se dar logicamente, somente com auxílio de outras premissas, que por sua vez, são normativas (ou seja, da ordem do dever-ser). Nesse sentido, o foco sociológico (e científico) estaria no “ser”, inclusive ao investigar os próprios valores e crenças subjetivas.

O contraponto é aqui representado por Vandenberghe (2015), que visa reconectar a sociologia à filosofia da moral, para isso é preciso admitir a fundação normativa do projeto sociológico – em seu sentido liberal-comunitário – e refletir sobre esses fundamentos. Seria, nesse sentido, a função do sociólogo investigar os sistemas filosóficos como parte da cultura ocidental e, assim, o propósito “[...] através da filosofia é prescrever mais para descrever melhor e, também, inversamente, descrever mais para prescrever melhor [...]” (VANDENBERGHE, 2015, p. 74). Mais especificamente sobre Weber, o autor considera que sua prática científica é um exemplo paradigmático em que vincula as relações dos valores com a ciência, complementando suas análises com juízos de valor. No entanto, ao propor a liberdade em relação a valores, Weber os separa arbitrariamente.

Não cabe, no contexto deste artigo, apontar uma solução para esse debate, mas apontar a fecundidade do conceito para uma sociologia da moral enquanto um campo aberto, seja para a sua aceitação ou para sua rejeição.

3.2 A ação racional com relação a valores

A importância desse conceito para a sociologia da moral se dá pela maneira como os valores são inseridos em sua tipologia da ação, ao considerar uma ação orientada por valores como racional, mas ainda distinta das ações em relação a fins, podendo abranger outros condicionamentos e incentivadores da ação para além de aspectos puramente econômico-utilitaristas. Sua definição se encontra no capítulo inicial de *Economia e sociedade* juntamente com a ação racional com relação a fins, a ação tradicional e a ação afetiva⁸:

Age de maneira *puramente* racional referente a valores quem, sem considerar as consequências previsíveis, age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade, a beleza, as diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma “causa” de qualquer natureza. Em todos os casos, a ação racional referente a valores (no sentido da nossa terminologia) é uma ação segundo “mandamentos” ou de acordo com “exigências” que o agente crê dirigidos a ele. Somente na medida em que a ação humana se orienta por tais exigências – o que acontece em um grau muito diverso, na maioria dos casos bastante modesto – falaremos de racionalidade referente a valores (WEBER, 2004a, p. 16).

⁸ Como de praxe, cabe-se ressaltar que esta tipologia se refere a um tipo ideal, ou seja, não esgotam todas as ações possíveis e nem são excludentes, geralmente havendo uma combinação das orientações nas ações sociais, mas que são assim delimitadas como meio heurístico, permitindo aproximações.

Além dessa definição básica, são centrais, para sua diferenciação em relação aos demais tipos, os elementos racionais dessa ação e a desconsideração das consequências previsíveis. Ao ser racional, a ação racional referente a valores se diferencia da ação afetiva: “[...] pela elaboração consciente dos alvos últimos da ação e pela orientação consequente e planejada com referência a estes [...]” (WEBER, 2004a, p. 15). Simultaneamente, há uma aproximação uma vez que em ambas: “o sentido da ação não está no resultado que a transcende, mas sim na própria ação em sua peculiaridade.” (WEBER, 2004a, p. 15).

Assim, a sociologia compreensiva tem os elementos epistemológicos necessários para lidar com as ações dos sujeitos, ou seja, a questão da agência – ausente na orientação durkheimiana, como exposto anteriormente. Não obstante, em sua formulação original, Weber cairia no polo oposto da dualidade ação e estrutura (ou micro e macro) por sua proposta redutiva, retirando a emergência das estruturas (POWELL, 2010).

É nesse ponto que a atualização do paradigma weberiano contribui para a nossa proposta. Dado que uma das principais observações feitas por Schluchter, como principal representante dessa linha interpretativa, é quanto à necessidade de uma reinterpretação profunda da obra weberiana (SCHLUCHTER, 1985). Sem essa atualização, Schluchter não crê que Weber possa contribuir profundamente para as discussões atuais da teoria social e – nesse caso – da sociologia da moral. Para o presente propósito, portanto, retoma-se a formulação de Schluchter do modelo weberiano de múltiplos níveis com centralidade na ação racional com relação a valores, principalmente em torno da obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (WEBER, 2004b). Estabelece-se, assim, uma síntese possível para a relação micro-macro sem perder a orientação weberiana para as ações sociais.

Para compreender a proposta de Schluchter, é importante contrapô-la à sua principal oposição: a teoria da escolha racional, vinculada ao utilitarismo. O autor reconhece o pioneirismo dessa corrente, com destaque para David McClelland, em conseguir articular a posição micro de Weber com o plano macro. No entanto, tal conexão é feita somente considerando os interesses materiais dos atores, ignorando a relevância do aspecto ideal, afirmado claramente por Weber (1989, p. 101) em sua célebre passagem:

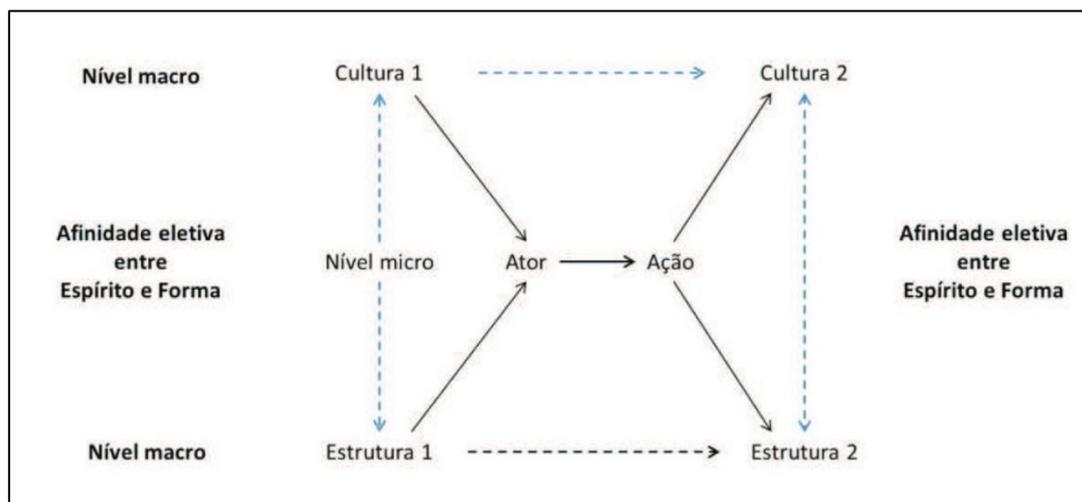
Interessen (materielle und ideelle), nicht Ideen, beherrschen unmittelbar das Handeln des Menschen. Aber, die „Weltbilder,“ welche durch „Ideen“ geschaffen wurden, haben sehr oft als Weichensteller die Bahnen bestimmt,

in denen die Dynamik der Interessen das Handeln fortbewegte. (*apud* AGEVALL, SWEDBERG, 2016, p.170.)⁹.

Portanto, Schluchter reformula essa síntese com indicações para os distintos interesses (materiais e ideais) e, seguindo essa diferenciação, para duas formas de plano macro, a saber, a estrutura (fins) e a cultura (valores). A mediação entre os planos se dá, de acordo com a perspectiva weberiana original, na ação dos atores, com efeito causal sobre a cultura e a estrutura. Tal transição é referida na literatura filosófica e sociológica como emergência – exemplar na formulação durkheimiana da sociedade como mais que a soma dos seus indivíduos –, elemento evitado por Weber na sua obra original, mas que é um passo central para formular essa síntese micro-macro. Para resolver isso, Schluchter mobiliza o conceito de coordenação das ações, seja de cooperação ou conflito, geram relações, ordens e organizações sociais. Ao contrário da orientação da ação, não há necessariamente um mesmo conteúdo significativo (um hábito, uma emoção, um fim ou um valor) compartilhado, podendo ser uma relação direta ou indireta de associação.

Enfim, a interpretação de Schluchter está representada na ilustração 2, em que as linhas contínuas expressam relações causais diretas, e as linhas pontilhadas são relações indiretas (também chamadas de afinidades eletivas):

Ilustração 2 – O modelo explicativo weberiano de múltiplos níveis



Fonte: Schluchter (2016).

⁹ Interesses (materiais e ideais), não as ideias, dominam diretamente a ação humana. Porém, as “visões de mundo”, engendradas a partir de “ideias”, frequentemente decidiram os trilhos, como manobradores ferroviários, nos quais a dinâmica dos interesses locomoveu a ação.

Apresentado o modelo, retoma-se o foco no objetivo desta seção, que é a renovação da ação racional com relação a valores para os debates morais contemporâneos. Parte da resposta já nos foi dada, ao enfatizar que não se pode restringir aos tipos utilitários para uma análise de múltiplos níveis. Resta, agora, enfatizar a relevância desse tipo específico de ação com relação a valores, ainda sob a perspectiva do paradigma weberiano.

Seguindo o texto de Schluchter, é apresentada uma diferenciação do fim (ou êxito) e valor, enquanto orientações da ação:

Ambas são subjetivas, mas ambas nos remetem a motivos diferentes, ou como diz Weber, a motivações significativas distintas. Pode existir uma enorme variedade de fins ou propósitos e, diferente dos valores, eles são todos intercambiáveis. Seguindo-se a distinção entre julgamentos fortes e fracos de Charles Taylor, podemos dizer que no caso dos Fins trata-se de julgamentos fracos, mas no caso dos Valores, obviamente, elas são fortes (SCHLUCHTER, 2016, p. 30).

No sentido da moral como constitutiva das ações sociais e da vida social, são os valores fortes que guiam a sua existência e a sua conduta. Assim, os próprios fins (julgamentos fracos) estão baseados nos valores (julgamentos fortes), uma vez que estes se encontram mais estabelecidos na subjetividade dos atores e comandam essas escolhas. Para Schluchter (2016), portanto, a sociologia compreensiva de Weber em sua tipologia das ações racionais diz respeito fundamentalmente aos valores – e, portanto, complementa-se, à moral:

Valores de êxito motivam a ação racional com relação a fins, valores próprios motivam a ação racional com relação a valores. Argumentando desta forma temos uma teoria das expectativas mais ampla que leva em consideração a diferença conceitual entre estes dois tipos de valores (SCHLUCHTER, 2016, p. 32)

Dessa maneira, Schluchter centraliza os valores na sociologia de matriz weberiana, dialogando com outras tentativas contemporâneas de compreender o plano individual das ações morais. Mais do que isso, o paradigma weberiano oferece uma ponte – seguindo esses valores – para analisarmos configurações macrossociológicas, tal como o próprio Weber fez em suas principais obras. Nesse sentido, considera-se que, da mesma forma como a liberdade em relação a valores é discutida no âmbito da moral, a partir do seu complexo esquema ontológico, metodológico e epistemológico, a ação racional com relação a valores, reformulada por Schluchter, também pode ocupar esse lugar.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de uma clara preferência pelo referencial durkheimiano para os estudos da moral – muito ligado à ênfase dada pelo próprio autor ao tema em vida –, buscou-se mostrar que a obra de Weber e suas releituras, aqui com destaque para o *Weber-Paradigma*, também tem seus subsídios para uma discussão contemporânea desses fenômenos constitutivos e regulatórios da vida social. Por um lado, a questão em torno da liberdade em relação a valores não foi resolvida, sendo um tema de discussão atual em que ambas as posições (a favor ou contra os juízos de valor como parte da prática científica) são sustentadas, apesar dos desgastes da posição weberiana inicial. Por outro lado, a ação racional com relação a valores se renovou nas leituras de seus intérpretes, colocando-a em um local de destaque na conceituação weberiana, incorporando, em última instância, a própria ação racional com relação a fins. Dessa forma, a centralidade dos valores para as orientações individuais e formação, dada a coordenação das ações, de laços sociais emergentes, aumenta a relevância do conceito enquanto aspecto fundamental da constituição da vida social.

A título de fechamento, é pertinente ressaltar como os esforços interpretativos aqui empreendidos são iniciais, não esgotando as possibilidades analíticas da obra weberiana para pensar a sociologia da moral contemporânea. No entanto, argumenta-se que foram esboçados elementos constitutivos para quaisquer expansões posteriores, uma vez que os conceitos de liberdade em relação a valores e ação racional com relação a valores dão indicações para, no caso do primeiro, uma maior solidificação epistemológica e metodológica para as discussões morais e normativas, e, do segundo, uma indicação para uma das problemáticas mais contemporâneas das novas formulações da sociologia e da antropologia da moral, a saber, as motivações das ações. Por questões do escopo aqui determinado, fica em aberto o exame, com esse propósito, das considerações propriamente macrossociais originais da obra weberiana. Como indicação, a heterogeneidade e autonomia lógica das esferas de valor constituem um passo importante nessa direção, que incorpora a centralidade da diferenciação social enquanto fenômeno moral. Mais do que isso, o encadeamento em termos lógicos, teóricos e conceituais dessa construção com o restante da obra de Weber, permite com que se explorem as potencialidades para os



estudos da moralidade das dimensões que guiam a sua sociologia: o desencantamento do mundo e a racionalização.

REFERÊNCIAS

ABEND, Gabriel. Two Main problems in the sociology of morality. **Theory and Society**, v. 37, n. 2, p. 87-125, abr. 2008.

AGEVALL, Ola; SWEDBERG, Richard (Orgs.). **The Max Weber Dictionary: Key Words and Central Concepts**. California: Stanford University Press, 2016.

ALBERT, Gert. Holismo metodológico moderado: uma interpretação weberiana do modelo macro-micro-macro. **Política & Sociedade**, Florianópolis v. 15, n. 34, p. 43-76, set./dez. 2016.

BALBI, Fernando. A moral como parte integral da produção da vida social: uma leitura heterodoxa dos escritos de Émile Durkheim. **Sociologia e Antropologia**, v. 6, n. 3, p. 755-778, dez. 2016.

BOLDA, Bruna. **A elaboração da sociologia de Max Weber ficou mais compreensível?**: análise comparativa do esquema conceitual de Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva (1913) e Conceitos Sociológicos Fundamentais (1921). 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

BOUDON, Raymond. The cognitive approach to morality. *In*: HITLIN, Steven; VAISEY, Stephen (Orgs.). **Handbook of the sociology of morality**. New York: Springer, 2010. p. 15-33

CARVALHO, Márcio. **O pensamento de Max Weber na literatura internacional**: um estudo temático da produção de seus comentadores a partir do Portal de Periódicos BSCOhost. 2013. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de filosofia e ciências humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

FANTA, Daniel. **A neutralidade valorativa**: a posição de Max Weber no debate sobre juízos de valor. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FASSIN, Didier (Org.). **A companion to moral anthropology**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012a.

FASSIN, Didier. Introduction: toward a critical moral anthropology. *In*: FASSIN, Didier (Org.). **A companion to moral anthropology**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012b. p. 1-17.



GREVE, Jens. Max Weber und die Emergenz: ein Programm eines nicht-reduktionistischen Individualismus? *In*: ALBERT, Gert *et al* (Orgs.). **Aspekte des Weber-Paradigmas**: Festschrift für Wolfgang Schluchter. Wiesbaden: Verlag für Sozialwissenschaften, 2006. p. 19-48.

JEFFRIES, Vincent (Org.). **The Palgrave Handbook of Altruism, Morality, and social solidarity**: formulating a field of study. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

HITLIN, Steven. Os contornos e o entorno na nova sociologia da moral. **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 26-58, mai/ago 2015.

HITLIN, Steven; VAISEY, Stephen (Orgs.). **Handbook of the sociology of morality**. New York: Springer, 2010a.

HITLIN, Steven; VAISEY, Stephen. Back to the future: reviving the sociology of morality. *In*: HITLIN, Steven; VAISEY, Stephen (Orgs.). **Handbook of the sociology of morality**. New York: Springer, 2010b. p. 3-14.

LAIDLAW, James. For an Anthropology of Ethics and Freedom. **The journal of the royal anthropological institute**, v. 8, n 2, p. 311-332, jun. 2002.

LAMBEK, Michael. Introduction. *In*: LAMBEK, Michael (Org.). **Ordinary Ethics: Anthropology, Language, and Action**. New York: Fordham University Press, 2010. p. 1-36.

MÜLLER, Hans-Peter. Wert(e), Wertdiskussion, Wertkonflikt. *In*: MÜLLER, Hans-Peter; SIGMUND, Steffen (Orgs.). **Max Weber – Handbuch: Leben, Werk, Wirkung**. Springer Verlag: Stuttgart, 2014.

POWELL, Christopher. Four concepts of morality: differing epistemic strategies in the classical tradition. *In*: HITLIN, Steven; VAISEY, Stephen (Orgs.). **Handbook of the sociology of morality**. New York: Springer, 2010. p. 35-56.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **The rise of western rationalism**: Max Weber's developmental history. Berkeley: University of California Press, 1985.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Os conceitos sociológicos fundamentais: a fundamentação da sociologia compreensiva de Max Weber. *In*: SCHLUCHTER, Wolfgang. **O desencantamento do mundo**. Seis estudos sobre Max Weber. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014. p. 193-221.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Dualidade entre ação e estrutura: esboços de um programa de pesquisa weberiano. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 34, p.18-42, set-dez. 2016.

SCHLUCHTER, Wolfgang. Ação, ordem e cultura: fundamentos de um programa de pesquisa weberiano. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 45, mai.-ago., 2020.

SELL, Carlos. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013.



SELL, Carlos. Weber no Século XXI: desafios e dilemas de um paradigma weberiano. **Dados**, v. 57, n. 1, p. 35-71, mar. 2014.

SELL, Carlos. Max Weber e o átomo da sociologia: um individualista metodológico moderado? **Civitas**, v. 16, n. 2, p. 323-347, abr./jun. 2016

SELL, Carlos. Sociologia compreensiva e controvérsia sobre os valores. Escritos e Alocuções: 1908-1917. **Tempo social**, v. 30, n. 3, p. 321-334, dez. 2018 .

SICA, Alan. **Max Weber**: a comprehensive bibliography. New York: Routledge, 2004.

VANDENBERGHE, Frédéric. Metateoria, teoria social e teoria sociológica. **Cadernos do Sociólogo**, v. 3, p. 14-48, 2013.

VANDENBERGHE, Frédéric. A Sociologia como uma filosofia prática e moral (e vice-versa). **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 60-109, mai-ago 2015.

VILLAS BÔAS, Glaucia. A Atualidade de Max Weber: Entrevista com Wolfgang Schluchter. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 1, n 1, p.11-20, 2011.

WEBER, Max. **Die Wirtschaftsethik der Weltreligionen**: Konfuzianismus und Taoismus. Schriften und Reden (1915–1920). Org.: Helwig Schmidt-Glintzer, com colaboração com Petra Kolonko. Tübingen: Mohr Siebeck, 1989.

WEBER, Max. **Wissenschaft als Beruf (1917/1919) und Politik als Beruf (1919)**. Org.: Wolfgang J. Mommsen e Wolfgang Schluchter, com colaboração de Birgitt Morgenbrod. Tübingen: Mohr Siebeck, 1992.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 2v.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: editora UnB, 2004a. 2v.

WEBER, Max. **A ética Protestante e o “espírito” do capitalismo**. Porto Alegre: Companhia das Letras, 2004b.

WEISS, Raquel. Apresentação do dossiê: Sociologia e moral. **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 16-24, mai-ago, 2015.

WEISS, Raquel; ROSATI, Massimo. Tradição e autenticidade em um mundo pós-convencional: uma leitura durkheimiana. **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 110-162, mai-ago, 2015.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Max Weber como sociólogo da moral: possibilidades analíticas da sociologia compreensiva.

Carlos Augusto Silva Fabris

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, Brasil
carlos.fabris8@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-2439-8618>



LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 10 de maio de 2020

Aprovado em: 01 de junho de 2020

